

MARCOS CESAR PAVANI PAROLIN

Especialista e Mestre em Direito, Procurador do Estado de São Paulo, Professor da Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, Revisor da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e Coordenador da Pós-Graduação em Direito na UNIFEQB-SP.

**RESPONSABILIDADE CIVIL
NA PRODUÇÃO DA PROVA**

Quebra do sigilo bancário, interceptação telefônica e gravação ambiental. Violação aos direitos de imagem, intimidade, honra, vida privada, sigilo e o dever de indenizar.

2ª edição

Revista, Atualizada e Ampliada



Belo Horizonte
2013



Copyright © 2013 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação: Lucila Pangrácio Azevedo

Revisão: Cybele Maria de Souza

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG

Av. Contorno, 4355 – Funcionários
Belo Horizonte – MG – CEP 30110-027
Tel: (31) 3284-5845
editora@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:

Alíce de Souza Birchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Mísabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sérgio Lellis Santiago

P257r Parolin, Marcos Cesar Pavani

Responsabilidade civil na produção da prova: quebra do sigilo bancário, interceptação telefônica e gravação ambiental. Violação aos direitos de imagem, intimidade, honra, vida privada, sigilo e o dever de indenizar. / Marcos Cesar Pavani Parolin. 2. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

xviii + 254 p.

ISBN: 978-85-384-0304-3

1. Prova (processo civil), Brasil. 2. Direitos da personalidade, Brasil. 3. Prova (processo civil), responsabilidade civil, Brasil. 4. Prova criminal, Brasil. I. Título.

CDU: 347.94*51(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	xi
NOTA À 2ª EDIÇÃO.....	xvii
CAPÍTULO I – OS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	1
1. ESCLARECIMENTOS INICIAIS SOBRE A TERMINOLOGIA....	1
2. CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	2
3. CARACTERÍSTICAS	8
4. TUTELA À PESSOA JURÍDICA	10
5. DIREITOS DA PERSONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	13
6. DIREITOS DA PERSONALIDADE EM ESPÉCIE.....	18
7. DIREITOS DA PERSONALIDADE TUTELÁVEIS NA PRODUÇÃO DA PROVA	24
7.1 O direito à vida privada e à intimidade.....	28
7.2 O direito à honra	33
7.3 O direito à imagem.....	35
7.4 O direito ao sigilo	38
CAPÍTULO II – A PRODUÇÃO DA PROVA	43
8. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS	43
9. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE	48
10. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	51
10.1 Devido processo legal em sentido genérico.....	52
10.2 O procedural <i>due process</i>	53

11. PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DA JURISDIÇÃO	54
12. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	56
13. O SISTEMA DE PRODUÇÃO DA PROVA.....	58
13.1 Produção da prova no processo civil.....	60
13.2 Produção da prova no processo penal	63
13.3 Produção da prova no processo administrativo.....	65
13.4 Delimitação do tema	70
14. MEIOS DE PROVA QUE ENVOLVEM DIREITOS DA PERSONALIDADE	71
14.1 Interceptação das comunicações telefônicas.....	75
14.2 Gravação, interceptação e escuta ambiental	80
14.3 Quebra do sigilo bancário	84
15. CONCLUSÃO PARCIAL.....	94

CAPÍTULO III – PROVAS ILÍCITAS

16. CONTEÚDO E ALCANCE	97
17. EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL.....	117
18. CLASSIFICAÇÃO	120
19. RELAÇÃO ENTRE AS PROVAS ILÍCITAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	121
20. PROVAS ILÍCITAS DERIVADAS.....	123
21. EXCLUSÃO E ADMISSÃO DAS PROVAS ILÍCITAS	125
22. IMPORTÂNCIA DA ILICITUDE DA PROVA PARA A ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	127

CAPÍTULO IV – PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....

23. CONTEÚDO JURÍDICO	131
24. EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL.....	137

25. SUBPRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE	142
26. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE	144
27. ALCANCE	153
28. PROPORCIONALIDADE COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL IMPLÍCITO	156
29. A PROPORCIONALIDADE NO APROVEITAMENTO DA PROVA	159
29.1 Proporcionalidade nas comunicações telefônicas	160
29.2 Proporcionalidade e as cartas pessoais, telegramas e papéis particulares	161
29.3 Proporcionalidade na gravação ambiental	163
29.4 Proporcionalidade no exame pericial de DNA	164
29.5 Proporcionalidade e requisição judicial de dados sobre o patrimônio da pessoa	167
29.6 Proporcionalidade na busca pessoal e na identificação dactiloscópica	168
29.7 Proporcionalidade na quebra do sigilo bancário	171
30. PROPORCIONALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA PRODUÇÃO DA PROVA	173

CAPÍTULO V – RESPONSABILIDADE CIVIL NA PRODUÇÃO DA PROVA

31. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL.....	177
32. O DANO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	181
33. DELIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA PROVA	184
34. A EXEGESE DOS MEIOS DE PROVA E O GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	187
35. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO QUANTO À RESPONSA- BILIDADE CIVIL DECORRENTE DA PROVA.....	191

35.1 A ilicitude dos meios de prova	192
35.2 O momento processual da prova e o juízo de admissibilidade	196
35.3 A prova criminal e a prevalência do interesse público.....	200
35.4 O critério secundário da carga de eficácia da prova na solução da lide.....	207
36. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E O CONCEITO DE PROVA RAZOÁVEL.....	209
37. CONSIDERAÇÕES SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL E PROCESSO	212
37.1 Responsabilidade civil decorrente da persecução criminal e da formação do processo	215
37.2 Responsabilidade civil decorrente do exercício da advocacia....	218
37.3 Responsabilidade civil decorrente do processo administrativo tributário.....	222
37.4 Responsabilidade civil e dano processual	223
38. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	226
39. ANÁLISE CASUÍSTICA	236
CONCLUSÕES.....	241
BIBLIOGRAFIA.....	247